

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. - CEASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - Ceasa é uma sociedade de economia mista, implantada nos termos do Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, cuja gestão, a partir de 12 de dezembro de 1989, compete à Prefeitura de Campinas, nos termos da Lei Municipal nº 6.111, de 1º de novembro de 1989. A Companhia tem sua sede na Rodovia Dom Pedro I, SP 065, Km 140,5 - Pista Norte - Barão Geraldo - Campinas/SP, e mantém em funcionamento uma filial situada no mesmo endereço da sua sede.

A Ceasa tem como principal objeto a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissionamento de espaço na Centrais de Abastecimento, Hortomercados, Varejões e Sacolões destinados à comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A Companhia administra o convênio “Programa Municipal de Alimentação Escolar” da Prefeitura de Campinas, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, para aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referentes às merendas das 386 escolas, municipais e estaduais, localizadas no município, das 150 salas de aulas de jovens e adultos e das 39 entidades assistenciais de Campinas. São, em média, 240 mil refeições por dia, com 18 tipos de cardápios que priorizam os alimentos in natura com mais frutas, verduras e legumes. Aproximadamente 57% dos alimentos comprados são hortifrutis e carnes, o que possibilita um aporte nutricional de qualidade.

A Ceasa executa através de Termo de Cooperação assinado junto à Prefeitura de Campinas os programas de segurança alimentar “Banco de Alimentos” e “Prato Cheio Campinas”, que tem por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em indústrias, supermercados, empresas e eventos. Todas as doações que chegam ao Banco de Alimentos passam por uma análise técnica e depois são distribuídas para 120 entidades assistenciais da cidade que atendem aproximadamente 45 mil pessoas. Além disso, o órgão visa conscientizar a sociedade desenvolvendo atividades educativas sobre técnicas nutricionais, de combate ao desperdício e higiene e manipulação de alimentos. O Banco de Alimentos faz também a análise técnica e a distribuição das cestas básicas do Programa “Prato Cheio Campinas” da Prefeitura. Esse Programa atende mais de 7 mil famílias com cestas básicas mensais em cerca de 74 bairros carentes do município. O Programa Prato Cheio Campinas distribui também sacolas semanais de frutas, verduras e legumes, doados pelos atacadistas da Ceasa ao Instituto de Solidariedade Alimentar (ISA) que funciona dentro da Ceasa.

As doações de hortifrutis dos permissionários da Ceasa somam mensalmente 330 toneladas em média e beneficiam cerca de 12.500 famílias em mais de 74 bairros.

Em novembro de 2009, a Companhia passou a executar por meio de Termo de Cooperação assinado com a Prefeitura de Campinas o Programa Municipal Lanche Esportivo, com o intuito de prover alimentação e reforço nutricional às crianças e jovens participantes do Projeto Segundo Tempo, do Governo Federal.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 17 de maio de 2009. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pronunciamentos técnicos emitidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O conjunto dessas normas forma as práticas contábeis adotadas no Brasil, alteradas durante o exercício de 2008.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$).

3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: (i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; (ii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iv) o Imposto de Renda e a contribuição social correntes e diferidos; e (v) a provisão para contingências vinculadas a processo judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3.3. RESULTADO

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

3.4. TRIBUTAÇÃO

Tributos indiretos

As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS): 0% a 18, alguns itens possuem base de cálculo reduzida entre 38,89% e 66,66%.
- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 1,65%.

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins): 7,6%.

Esses tributos são apresentados como deduções das vendas na demonstração do resultado.

Tributos diretos

Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a contribuição social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os valores relacionados aos créditos ou débitos tributários diferidos são irrelevantes. Por esse motivo, não foram considerados nas demonstrações contábeis da Companhia.

A compensação dos prejuízos fiscais de Imposto de Renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

3.5. ATIVOS CIRCULANTES

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, saldos em conta-corrente (bancos) e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (permissionários) são registradas pelos seus valores presentes e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na realização dos créditos dos títulos vencidos, adotando-se o seguinte critério:

Descrição	Provisão %
Permissionários em processo de cancelamento	100
Permissionários com ação consignatória	30

Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

3.6. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Investimentos

São avaliados pelo método de custo de aquisição, reduzido mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

Imobilizado

Os saldos das rubricas “Instalações, máquinas, equipamentos e ferramentas, computadores e periféricos, veículos, móveis e utensílios, e outros” estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Já os saldos das rubricas “Terrenos, Edificações e Urbanizações” estão registrados pelo valor de mercado por meio da reavaliação contabilizada em 2 de setembro de 2004, baseada em laudo de peritos independentes, com contrapartida no patrimônio líquido. A reserva de reavaliação é realizada em contrapartida da conta de prejuízos acumulados, mediante depreciação e alienação dos bens que as originaram.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, e estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

Intangível

É registrado ao custo de aquisição e deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos direitos, e estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

3.7. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

O § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que a Companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.8. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.9. PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

Provisão para contingências

A Companhia constitui provisão para todos os processos judiciais em andamento, cuja probabilidade de perda é considerada possível ou provável, conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia.

3.10. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.11. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento.
- Atividades de financiamento: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia.

3.12. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO

A Companhia efetua os cálculos do lucro líquido/(prejuízo) por ação utilizando a quantidade de ações em circulação no final do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa	-	1
Bancos	1.128	846
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	243	153
	<u>1.371</u>	<u>1.000</u>

(*) Em 2008, referia-se à aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário (CDB) indexado a uma taxa de 95% e 97% do CDI e não possuía prazo determinado para resgate. Já em 2009, refere-se à aplicação em fundos de investimento de renda fixa e renda variável.

5. CONTAS A RECEBER

	2009	2008
Permissionários a receber	493	406
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)	(15)
	<u>491</u>	<u>391</u>
<i>Aging list</i>		
	2009	2008
A vencer	230	95
Vencidos de 1 a 30 dias	162	153
Vencidos de 31 a 60 dias	57	62
Vencidos de 61 a 90 dias	25	19
Vencidos há mais de 90 dias	19	77
	<u>493</u>	<u>406</u>

6. PREFEITURA DE CAMPINAS - CONVÊNIOS

Natureza das operações	2009		2008	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Convênio - Programa de alimentação escolar (1)	3.813	-	5.018	-
Convênio - Banco de alimentos (2)	43	-	32	-
Convênio - Programa Lanche Esportivo (3)	-	93	-	-
	<u>3.856</u>	<u>93</u>	<u>5.050</u>	<u>-</u>
Circulante	3.856	-	5.050	-
Não Circulante	-	93	-	-
	<u>3.856</u>	<u>93</u>	<u>5.050</u>	<u>-</u>

- (1) Refere-se a valores a receber decorrentes do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.
- (2) Refere-se aos valores a receber decorrentes dos custos para execução do convênio Banco Municipal de Alimentos. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.
- (3) Refere-se aos valores adiantados pela Prefeitura de Campinas para cobrir os custos para execução do convênio Programa Lanche Esportivo. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.

7. ESTOQUES

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Gêneros alimentícios - Programa de Alimentação Escolar	1.335	365
Estoque em Trânsito - Programa de Alimentação Escolar (*)	594	-
Material para consumo próprio da Ceasa	105	142
	<u>2.034</u>	<u>507</u>

(*) Refere-se à compra para entrega futura de Gêneros alimentícios do convênio - Programa de alimentação escolar.

8. OUTROS CRÉDITOS

O saldo é representado, substancialmente, pela Ação de Execução de Título Extrajudicial, que a Companhia protocolou contra o Supermercados Ven-Ká Ltda., no montante principal de R\$54, referente a 10 meses e 26 dias proporcionais de aluguel. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a possibilidade de recebimento desse crédito é de 30%, ou seja, R\$16 em 2009 e 2008. Desse modo, a Companhia constituiu 70% de provisão para perda.

9. INVESTIMENTOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Telefonia (*)	54	54
	54	54
Provisão para perdas	(31)	(29)
	<u>23</u>	<u>25</u>

(*) Refere-se a investimentos com ações de telefonia, sendo 47.205 ações ordinárias e 176.360 ações preferenciais.

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2009	2008
Edificações	1,69 a 2,86	8.376	(3.777)	4.599	4.900
Instalações	10	2.148	(1.134)	1.014	1.030
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.448	(689)	759	878
Urbanizações	2,33 a 3,33	1.181	(598)	583	626
Computadores e periféricos	20	788	(423)	365	260
Terrenos	-	627	-	627	627
Veículos	20	503	(478)	25	25
Móveis e utensílios	10	231	(170)	61	70
Obras em andamento (*)	-	156	-	156	48
Outros	10 e 20	431	(195)	236	230
		15.889	(7.464)	8.425	8.694
Ativos reavaliados					
Edificações	1,69 a 2,86	48.405	(5.853)	42.552	43.650
Terrenos	-	35.053	-	35.053	35.053
Urbanizações	2,33 a 3,33	4.575	(656)	3.919	4.043
		88.033	(6.509)	81.524	82.746
		103.922	(13.973)	89.949	91.440

(*) Refere-se a projetos de engenharia para construção do Pavilhão de Beneficiamento 3 (PB3), com previsão de conclusão em dois anos, projeto estrutural para coberturas metálicas das plataformas de GPs e projeto para adequação e reorganização dos estacionamentos da Ceasa.

Reavaliação de ativos

Em 16 de julho de 2004, foi emitido o laudo de reavaliação por empresa especializada, tendo como data-base o mês de junho de 2004.

O referido laudo foi aprovado pela Assembleia de Acionistas em 2 de setembro de 2004. O resultado dessa reavaliação está a seguir demonstrado:

	Valor reavaliado	Valor contábil líquido	Mais-valia
Edificações	52.696	4.291	48.405
Terrenos	35.680	627	35.053
Urbanizações	5.431	856	4.575
Totais	93.807	5.774	88.033

A mais-valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido da Companhia. O valor reavaliado dos terrenos, edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável, no laudo de avaliação.

A Administração da Companhia decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação e entende que, dessa forma, seus ativos estão sendo apresentado pelo possível valor de recuperação, o qual não ultrapassa valores de mercado atuais, não necessitando de nenhuma provisão para perdas (*Impairment*).

11. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização em %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				2009	2008
Direito de uso (*)	20	591	(533)	58	54
		591	(533)	58	54

(*) Refere-se a licenças de uso de *software* pela Companhia.

12. FORNECEDORES

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	4.782	4.939
Permissão de uso - Ceasa	777	670
Convênio - Programa Lanche Esportivo	54	-
Convênio - Banco municipal de alimentos	14	7
	<u>5.627</u>	<u>5.616</u>

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

Referem-se ao Imposto de Renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido devidos sobre a realização futura da reserva de reavaliação, constituída em 2 de setembro de 2004.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
IRPJ diferido - reavaliação	11.594	11.899
CSLL diferido - reavaliação	4.182	4.292
	<u>15.776</u>	<u>16.191</u>

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável e possível, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores originais dos processos.

Natureza	Probabilidade de perda				Contingências	Depósitos e bloqueios judiciais (*)	Provisionado	
	Provável	Possível	Remota	Total			2009	2008
Trabalhista - Ceasa (7 processos)	3	30	866	899	33	(3)	30	71
Trabalhista - Terceirizadas (93 processos)	221	601	82	904	822	(179)	643	1.133
Cíveis (39 processos)	4	54	39	97	58	(6)	52	-
	<u>228</u>	<u>685</u>	<u>987</u>	<u>1.900</u>	<u>913</u>	<u>(188)</u>	<u>725</u>	<u>1.204</u>

(*) Valores reclassificados para o passivo.

	Movimentação da provisão para contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.204	-	1.204
Constituição	35	58	93
Baixas/reversão	(680)	-	(680)
Baixa de depósitos judiciais	108	-	108
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>667</u>	<u>58</u>	<u>725</u>

14.1. TRABALHISTAS - CEASA

O saldo é representado substancialmente por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras.

A Companhia efetuou provisão para contingências no montante de R\$33 (R\$79 em 2008), classificando a probabilidade de perda como provável e possível. Vale ressaltar que, para esses processos, depósitos judiciais somam R\$3 (R\$8 em 2008).

14.2. TRABALHISTAS - TERCEIRIZADAS/INDENIZAÇÕES JUDICIAIS A PAGAR

O saldo é representado substancialmente por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente.

Em outubro de 2007, por determinação judicial, houve bloqueio judicial nas contas da Ceasa. Em 31 de dezembro de 2009, estavam bloqueados R\$52 (R\$ 71 em 2008) por conta dos processos trabalhistas movidos pelos ex-funcionários da empresa terceirizada Kadastro Administração e Serviços S/C Ltda., aos quais a Ceasa, com a Prefeitura de Campinas, responde subsidiariamente.

Devido à sentença desfavorável, os consultores jurídicos da Companhia vêm sugerindo acordos judiciais com os reclamantes. Esses acordos estão sendo aceitos e, em média, proporcionam desembolsos em torno de 86% (90% em 2008) do valor das causas. A Administração adota como prática a reversão da provisão relacionada ao processo objeto do acordo, registrando no mesmo instante a despesa com indenizações trabalhistas judiciais que serão liquidadas conforme cronograma de datas especificado nas atas dos acordos.

Quanto aos processos cujas audiências ainda não foram realizadas, a Companhia efetuou provisão para contingências no montante de R\$141 (R\$389 em 2008), classificando a probabilidade de perda como provável e possível. Vale ressaltar que, para esses processos, há bloqueios e depósitos judiciais que somam R\$61 (R\$88 em 2008).

Conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia, no decorrer do exercício, foram constituídas provisões para contingências referentes a processos movidos pelos ex-funcionários da empresa terceirizada Offício Segurança e Vigilância Ltda., cujas expectativas de perdas são prováveis ou possíveis no montante de R\$389 (R\$714 em 2008). Ressaltamos que, para esses processos, há depósitos judiciais que somam R\$95 (R\$ 164 em 2008).

Os demais processos foram provisionados no total de R\$292 (R\$318 em 2008) e há R\$23 (R\$36 em 2008) em depósitos judiciais referente a estes processos.

14.3. CÍVEIS

Em sua maioria, refere-se a processos movidos por ex-permissionários que questionam as tarifas que eram cobradas pela Ceasa.

No geral, a Administração decidiu provisionar o valor de R\$725 (R\$1.204 em 2008), líquido dos bloqueios e depósitos judiciais, referente aos processos cujas expectativas de perdas são prováveis ou possíveis.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, é de R\$8.562 totalmente subscrito e integralizado e está representado por 856.222.316 ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas a 99,99% das ações para a Prefeitura de Campinas e 0,01% entre outros acionistas.

A Ata da 56ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2008, aprovou a alteração da quantidade de ações em circulação, tendo em vista os ajustes emergentes da regularização nas quantidades de ações detidas pelos atuais acionistas, sem qualquer alteração na proporção da participação possuída pelos acionistas no capital social.

16. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

Em 14 de maio de 2009, a Companhia recebeu como indenização da União Federal valores referentes a um processo judicial iniciado em 2001, no valor total de R\$250, líquido de retenção do Imposto de Renda. Esse processo judicial ativo não estava registrado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008 em razão de a realização desse valor depender de decisões judiciais favoráveis à Companhia, o que ocorreu somente no mês de maio de 2009. Os demais valores representam a provisão para perda nos investimentos e custo da baixa de ativo imobilizado.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Indenização União Federal (processo judicial 2001)	258	-
Provisão para perdas investimentos e baixa imobilizado	<u>(4)</u>	<u>(7)</u>
	<u>254</u>	<u>(7)</u>

17. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE

	2009			2008		
	Imposto de Renda	Contribuição social	Total	Imposto de Renda	Contribuição social	Total
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	255	255		(1.494)	(1.494)	
(+) Adições						
Permanentes	1.318	1.338		1.271	1.293	
Temporárias	145	145		478	478	
(-) Exclusões						
Permanentes	(745)	(745)		(1.053)	(1.053)	
Prejuízo fiscal/base negativa da CSLL e Lucro real/base de cálculo da CSLL	973	993		(798)	(776)	
Compensação de prejuízo fiscal - 30% sobre lucro real	(292)	-		-	-	
Compensação de base negativa - 30% sobre saldo negativo	-	(298)		-	-	
Prejuízo fiscal/base negativa da CSLL após compensação de prejuízos fiscais	681	695		(798)	(776)	
Imposto de Renda - alíquota 15% + adicional 10% (R\$ 240)	146	-		-	-	
Contribuição social - alíquota 9%	-	63		-	-	
	146	63	-	-	-	-
(-) Dedução incentivos fiscais - PAT	(4)	-	-	-	-	-
Total do Imposto de Renda e contribuição social	142	63	205	-	-	-

A Companhia não efetuou a provisão de Imposto de Renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade. Também não constituiu tributos diferidos sobre as adições temporárias pelo fato de serem irrelevantes.

Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido

	2009	2008
Prejuízos fiscais	575	867
Base negativa da contribuição social	938	1.236

18. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que a Administração considera suficientes para a cobertura de eventuais sinistros de seus imóveis e veículos.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Itens segurados	Risco coberto	Valor segurado	
		2009	2008
Edifício + conteúdo	Incêndio, raio e explosão	27.200	27.200
	Vendaval	5.440	5.440
	Danos elétricos	2.720	2.720
	Tumulto, saques e atos dolosos	500	500
	Desmoroamento	200	200
	Roubo, furto qualificado de bens e mercadorias	200	200
	Responsabilidade civil	500	500
	Impacto de veículos - aéreos/terrestres	500	500
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto	Valor de mercado	Valor de mercado
	Danos materiais e danos pessoais	3.450	3.510

19. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não deve ser analisado isoladamente. Deve ser avaliado com as demonstrações contábeis, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo, está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

	2009	2008
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	465	(1.079)
Imposto de Renda e contribuição social - corrente	205	-
Imposto de Renda e contribuição social - reversão	(415)	(415)
Depreciação/amortização	2.022	2.078
EBITDA	2.277	584

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. As operações estão, substancialmente, registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros.

a. Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros, como valores a pagar e a receber de partes relacionadas que estão reconhecidas nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

b. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) e de operações com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionários e efetua aplicações somente em instituições financeiras de linha.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimento e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

* * *